

PROJETO FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO – FITO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01.2026

SUPERIOR COMPLETO – TARDE

CARGO: 301 – ANALISTA DE GESTÃO: BIBLIOTECA, 302 – ANALISTA DE GESTÃO: CONTABILIDADE, 303 – ANALISTA DE GESTÃO: FINANÇAS, 304 – ANALISTA DE GESTÃO: RECURSOS HUMANOS, 305 – ANALISTA DE GESTÃO: SECRETARIA, 306 – ANALISTA DE GESTÃO: SERVIÇOS DE APOIO, 307 – ANALISTA DE GESTÃO: ALMOXARIFADO E 308 – ANALISTA DE GESTÃO: COMPRAS

Prezado(s) Candidato(s),

Em resposta ao recurso interposto em relação à publicação do Gabarito da Prova Objetiva, informa-se abaixo o parecer da Banca Examinadora.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 7

O recurso é improcedente, porque o verbo "construíram" está no pretérito mais que perfeito, que indica uma ação passada que antecede a outra, que também aconteceu no passado e "Foi" é pretérito perfeito e indica apenas ação passada.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 10

O recurso é improcedente, pois a questão afirma que Jéssica é arquiteta e deve construir uma pirâmide oca de $\sqrt{3}$ metros de altura e cuja base é um triângulo equilátero de 2 metros de lado e seu comando pede que o candidato deveria assinalar a alternativa que apresentava o volume de água necessário para preencher 40% da pirâmide.

Assim sendo, primeiro, deve-se calcular a área do triângulo equilátero. A área de um triângulo equilátero pode ser calculada pela fórmula $(l^2\sqrt{3})/4$, logo, temos $(2^2\sqrt{3})/4 = \sqrt{3}$.

Agora, deve-se calcular o volume da pirâmide, temos $\sqrt{3} \times \sqrt{3}/3 = 1$.

Logo, a pirâmide tem volume total igual a 1 m^3 .

Como 1 m^3 é igual a 1000 litros de água, 40% são iguais a 400 litros.

A argumentação do candidato sobre vício de conversão não se sustenta, pois como está explícito no edital "cálculo de volume", o candidato deve saber que $1 \text{ m}^3 = 1000$ litros, pois quando se fala em volume pode-se utilizar metros ou litros, como é usual.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 11

O recurso é improcedente, pois o enunciado solicitava "quantas vezes a mais Danilo treinará a tabuada na décima semana em comparação com a oitava semana". A expressão "a mais" indica acréscimo, diferença ou excesso em relação a um valor de referência, e não razão entre grandezas.

Pela sequência apresentada, tem-se:

8ª semana: $2^7 = 128$;

10ª semana: $2^9 = 512$.

Assim, o número de treinos a mais na décima semana em relação à oitava corresponde à diferença:

$512 - 128 = 384$.

Portanto, a alternativa correta é a "D". A interpretação sugerida pelo recorrente, de que a expressão deveria ser entendida como razão ($512/128 = 4$), não se sustenta diante da redação adotada. Caso essa fosse a intenção da questão, o enunciado utilizaria expressões como "quantas vezes maior", "corresponde a quantas vezes" ou "é quantas vezes o valor da oitava semana", que remetem explicitamente à comparação multiplicativa, que resultaria no valor 4, que não é alternativa da questão, como o próprio candidato confirma em "pode remeter à razão entre os termos ($512 / 128 = 4$ vezes)", logo, não suscita dúvidas entre alternativas.

Além disso, o próprio complemento "em comparação com a oitava semana" reforça a ideia de confronto entre duas quantidades para determinar o excedente, e não um fator multiplicativo.

Dessa forma, não há ambiguidade capaz de comprometer a objetividade da questão ou de justificar sua anulação ou alteração de gabarito.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA (COMUM A TODOS OS CARGOS)

QUESTÃO 18

O recurso é improcedente, pois em resposta ao recurso apresentado, a Banca Examinadora pontua criteriosamente que foram observados todos os argumentos para anulação de questão, mas informa que dentro do texto elaborado houve interpretação equivocada quanto à definição que justifique tal pedido.

Abaixo, segue a imagem usada para elaboração da questão:

	A	B	C	D
1	Recurso	jan/26	fev/26	mar/26
2	Água	R\$ 950,00	R\$ 880,00	R\$ 720,00
3	Luz	R\$ 1.250,00	R\$ 1.380,00	R\$ 1.900,00
4	Internet	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 900,00
5	Manutenção	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 410,00
6				
7				

Aplicado a fórmula do enunciado =SE(E(D2>500;D5<300);250;D2/2) na célula D7, por exemplo, tem-se:

D7		=SE(E(D2>500;D5<300);250;D2/2)				
	A	B	C	D	E	F
1	Recurso	jan/26	fev/26	mar/26		
2	Água	R\$ 950,00	R\$ 880,00	R\$ 720,00		
3	Luz	R\$ 1.250,00	R\$ 1.380,00	R\$ 1.900,00		
4	Internet	R\$ 900,00	R\$ 900,00	R\$ 900,00		
5	Manutenção	R\$ 250,00	R\$ 350,00	R\$ 410,00		
6						
7				R\$ 360,00		
8						

Com isso, obtém-se o resultado de R\$ 360,00.

O argumento de que a fórmula apresentada na questão produziria o erro #VALOR! em razão de suposta inconsistência de sintaxe decorrente do alinhamento e padronização das células e das funções SE e E não se sustenta pois, no enunciado, é mencionado que todas as fórmulas estão devidamente formatadas para apresentar os valores corretos.

Dessa forma, a questão apresenta comando claro, objetivo e compatível com a documentação e funcionalidades oficiais do Microsoft Office Excel 365, não havendo duplicidade de interpretação nem coexistência de alternativas corretas.

Por fim, o texto argumentativo para anulação não logrou êxito em evidenciar prejuízo concreto à resolução da questão, limitando-se a suscitar dúvida de caráter meramente hipotético, o que não é suficiente para ensejar a anulação do item.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 19

O recurso é improcedente, pois em resposta ao recurso apresentado, a Banca Examinadora pontua criteriosamente que foram observados todos os argumentos para anulação de questão, mas informa que dentro do texto elaborado houve interpretação equivocada quanto à definição que justifique tal pedido.

Abaixo, seguem as informações sobre cada proposição:

Proposição I: “A Área de Trabalho do Windows permite a criação e o armazenamento de arquivos, pastas e atalhos” é **correta**, pois a área de trabalho permite que sejam criados e armazenados arquivos, pastas e atalhos.

Para isso, o usuário deve clicar com o botão direito do mouse em um espaço vazio e escolher a opção Novo/Pasta. Para arquivos e atalhos, pode-se arrastar, copiar ou movimentar os itens para a área de trabalho.

Proposição II: “A Área de Transferência é utilizada para armazenar apenas arquivos e pastas, permitindo sua posterior colagem em outro local. A mesma utilização não é possível para atalhos de programas” é **incorreta**, pois a Área de Transferência (Clipboard) armazena textos, imagens, arquivos, pastas, atalhos, entre outros.

Exemplo prático: o usuário copia (CTRL+C) um texto no Word e depois cola (CTRL+V) o conteúdo no Bloco de Notas. Quem é responsável pelo armazenamento temporário das informações é a Área de Transferência. A palavra “apenas” no enunciado e o trecho que menciona que não é possível armazenar atalhos de programas torna a afirmação falsa.

Proposição III: “A Lixeira do Windows destina-se exclusivamente ao armazenamento temporário de arquivos essenciais do sistema operacional antes de sua remoção definitiva” é **incorreta** porque a Lixeira é um recurso do Windows que armazena temporariamente arquivos, pastas e demais itens excluídos, permitindo a recuperação de itens apagados por engano ou a liberação definitiva de espaço no disco rígido. Ela serve como uma opção de segurança digital antes que qualquer exclusão permanente aconteça no computador, como a opção Esvaziar a Lixeira, por exemplo.

Proposição IV: “Os itens enviados para a Lixeira podem ser restaurados pelo usuário, desde que ainda não tenham sido excluídos permanentemente” é **correta**, seguindo a mesma lógica da proposição III. Os itens são armazenados na Lixeira do Windows, permitindo a recuperação de itens apagados por engano ou a liberação definitiva de espaço no disco rígido. Ela serve como uma opção de segurança digital antes que qualquer exclusão permanente aconteça no computador, como a opção Esvaziar a Lixeira, por exemplo.

Com isso, as proposições I e IV são as únicas verdadeiras.

A alternativa “C” do caderno de questões aponta para II e III (**incorreta**) e em nenhum momento demonstra imperfeição lógica no agrupamento com as proposições estabelecidas.

Por fim, o texto argumentativo para anulação não logrou êxito em evidenciar prejuízo concreto à resolução da questão, limitando-se a suscitar dúvida de caráter meramente hipotético, o que não é suficiente para ensejar a anulação do item.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 20

O recurso é improcedente, pois em resposta ao recurso apresentado, a Banca Examinadora pontua criteriosamente que foram observados todos os argumentos para anulação de questão, mas informa que dentro do texto elaborado houve interpretação equivocada quanto à definição que justifique tal pedido.

Abaixo, seguem as informações que ratificam a questão e o gabarito.

Definição da Função SE:

No Microsoft Office Excel 365, a função SE permite fazer comparações lógicas entre um valor e o que o usuário deseja, dando uma resposta diferente em cada caso; para retornar um valor se uma condição for verdadeira e um outro valor se for falsa.

No cenário C da coluna 2, Laura é analista de recursos humanos e acompanha o desempenho dos colaboradores do escritório. Para identificar na planilha quais funcionários atingiram ou não a meta mensal, elaborou uma fórmula que avalia uma condição lógica, exibindo “Aprovado” quando o resultado é igual ou superior à meta e “Não aprovado” nos demais casos.

Colocando os dados na planilha e aplicando a fórmula **na coluna D** (D2 a D5), temos:

D2		✕ ✓ <i>fx</i>		=SE(B2>=C2;"Aprovado";"Não aprovado")			
	A	B	C	D	E	F	G
1	Funcionário	Resultado	Meta	Situação			
2	Maria	90	60	Aprovado			
3	Pedro	40	60	Não aprovado			
4	Lúcia	76	60	Aprovado			
5	Henrique	38	60	Não aprovado			
6							
7							

Definição da função SOMASES:

A função SOMASES, no Microsoft Office Excel 365, uma das funções de matemática e trigonometria, serve para somar valores em um intervalo que atendem a dois ou mais critérios.

No cenário da B, da coluna 2, Clara elaborou uma planilha contendo a quantidade de produtos publicados por cada colaborador. Para calcular a soma das quantidades publicadas por Pedro em uma região específica durante o mês de junho, utilizou uma fórmula que considera simultaneamente todos esses critérios.

Aplicando a função na prática:

O enunciado informa que Clara deseja somar a quantidade de produtos publicados considerando simultaneamente:

- Colaborador = **Pedro**;
- Região = **uma região específica** (por exemplo, **Sul**);
- Mês = **Junho**.

Montando a tabela e aplicando a fórmula na **célula D12**, temos:

D12				=SOMASES(D2:D10;A2:A10;"Pedro";B2:B10;"Sul";C2:C10;"Junho")					
	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	Colaborador	Região	Mês	Quantidade					
2	Pedro	Sul	Junho	35					
3	João	Sul	Junho	20					
4	Pedro	Norte	Agosto	18					
5	Márcia	Nordeste	Julho	33					
6	Pedro	Sul	Maio	22					
7	Sarah	Sudeste	Agosto	30					
8	Raul	Nordeste	Junho	18					
9	Elias	Norte	Maio	22					
10	Pedro	Sul	Junho	10					
11									
12				45					
13									
14									

Com isso, a correlação das fórmulas com os cenários aplicados fica 3B e 4C.

Os demais cenários estão correlacionados de forma correta com seus respectivos recursos: 1D e 2A.

Por fim, o texto argumentativo para anulação não logrou êxito em evidenciar prejuízo concreto à resolução da questão, limitando-se a suscitar dúvida de caráter meramente hipotético, o que não é suficiente para ensejar a anulação do item.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

302 – ANALISTA DE GESTÃO: CONTABILIDADE

QUESTÃO 26

O recurso é procedente e o gabarito deverá ser alterado de “B” para “C”.

Portanto, a banca examinadora defere o recurso interposto para a questão 26, alterando o seu gabarito de “B” para “C”.

303 – ANALISTA DE GESTÃO: FINANÇAS

QUESTÃO 26

O recurso é improcedente, pois o conteúdo da alternativa “C” tem plena conformidade e literalidade do artigo 28 da Lei n.º 14.133/2021, elencando as modalidades previstas nos incisos I a V.

A presença, nas demais alternativas propostas, de termos incorretos, fictícios ou inexistentes na legislação, cumpre o papel de distrator, não sendo motivo para a anulação de uma questão.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 28

O recurso é improcedente, pois o conteúdo da alternativa “B” expressa literalmente o termo adotado pela norma, em plena conformidade com o artigo 87 da Lei n.º 14.133/2021, inexistindo neste caso, a possibilidade de sobreposição conceitual ou vício no enunciado.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 34

O recurso é improcedente, pois a alternativa “A” (Receitas Correntes) reproduzida de forma clara, corresponde integralmente ao texto do artigo 11, § 1º da Lei n.º 4.320/1964.

A presença, nas demais alternativas propostas, de termos incorretos, fictícios ou inexistentes na legislação, cumpre o papel de distrator, não sendo motivo para a anulação de uma questão.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

307 – ANALISTA DE GESTÃO: ALMOXARIFADO

QUESTÃO 30

O recurso é improcedente, pois o cálculo da variância (ou desvio-padrão) da distribuição dos erros de previsão não é um elemento isolado ou desconexo, mas sim o fundamento matemático e estatístico indispensável para qualquer procedimento de monitoramento, controle e definição de limites de tolerância para revisão de modelos de previsão.

A questão solicitava que o candidato identificasse a alternativa correta acerca dos erros de previsão e do processo de elaboração de modelos de previsão de demanda. Não se exige de uma alternativa de múltipla escolha o esgotamento de todo o tema abordado no enunciado (como detalhar sinais de rastreamento ou *tracking signal*). A alternativa “D” traz uma afirmação conceitualmente verdadeira e suficiente para responder ao item.

Além disso, as demais opções trazem erros conceituais primários da Administração de Materiais: a alternativa “A” está incorreta, pois previsões de demandas agregadas tendem a apresentar menor erro do que previsões de demandas individuais; a alternativa “B” está incorreta ao afirmar que o erro diminui à medida que aumenta o horizonte de previsão, quando ocorre justamente o inverso; e, por fim, a alternativa “C” está incorreta por atribuir ao método de alisamento a utilização prioritária da média dos erros históricos, o que não corresponde aos fundamentos dos métodos de alisamento exponencial. Portanto, permanece apenas a alternativa “D” como correta, inexistindo ambiguidade na referida questão.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 31

O recurso é improcedente, pois a terceira proposição limita-se aos fundamentos teóricos dos métodos de valoração de estoques na disciplina de Administração de Materiais. A redação reproduz construção doutrinária clássica adotada na literatura da área utilizada para explicar a lógica operacional do método UEPS, segundo a qual as camadas mais antigas do estoque tendem a permanecer armazenadas por longo período, constituindo um estoque de reserva. Trata-se, portanto, de uma premissa teórica empregada para fins didáticos e gerenciais, e não de afirmação acerca da classificação patrimonial dos estoques.

Nesse sentido, não há qualquer equiparação jurídica ou contábil entre estoques e ativos imobilizados. A assertiva não trata da contabilização dos estoques nem de sua classificação no balanço patrimonial, matéria disciplinada pela Lei n.º 6.404/1976 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade. O objeto da questão restringe-se aos métodos de avaliação de estoques, conforme abordados na literatura especializada de Administração de Materiais.

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 36

O recurso é improcedente, pois a questão baseou-se de forma estrita na doutrina de Administração de Materiais de Paulo Sérgio Gonçalves (Administração de Materiais, Capítulo 3, p. 72, Quadro 3.1: “Tendência de agir diante dos custos dos estoques”).

Não há ambiguidade ou sobreposição técnica na Coluna II. O autor categoriza expressamente que a “aquisição de grandes lotes que obrigarão a criar novos espaços” é o reflexo comportamental de um **baixo custo de posse**, enquanto “compras de grandes volumes que resultam em aumento dos estoques com elevados custos de capital e armazenagem” é a consequência direta do **alto custo de reposição** (onde a organização prefere estocar a ter que arcar com novos e caros processos de compra).

Quadro 3.1 *Tendência de agir diante dos custos dos estoques*

Situação	Resultado da decisão
Baixo custo de reposição	Aumento das operações de compras, com riscos de falta de materiais e com preços inconvenientes.
Alto custo de reposição	Compras de grandes volumes que resultam em aumento dos estoques com elevados custos de capital e armazenagem.
Baixo custo de posse	Aquisição de grandes lotes que obrigam a criar novos espaços para armazenagem dos materiais.
Alto custo de posse	Aumento no número de encomendas com consequente multiplicação do número de entregas, inspeções e recebimentos.

Tratando-se de matriz conceitual consolidada pela literatura da área, cuja correspondência com a Coluna I resulta em sequência única, a questão não padece de vício de formulação.

As correlações propostas pelo candidato na tentativa de validar a Alternativa “D” contrariam a lógica doutrinária da Administração de Materiais e a obra de referência adotada pelo certame (Gonçalves, Paulo Sérgio. Administração de Materiais, p. 72, Quadro 3.1), conforme segue:

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

QUESTÃO 40

O recurso é improcedente, pois a proposição III está em conformidade com a norma aplicável à movimentação e ao empilhamento mecanizado de materiais, que prevê a utilização de esteiras-rolantes, dalas ou empilhadeiras no processo mecanizado de empilhamento. A circunstância de determinados equipamentos desempenharem funções específicas no transporte ou na elevação das cargas não torna incorreta a assertiva, que reproduz o entendimento normativo sobre o tema.

Ademais, as três assertivas reproduzem fielmente o que consta na NR-11 (Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais) do Ministério do Trabalho, conforme segue:

11.2.6 *(Revogado pela Portaria SIT n.º 82, de 01 de junho de 2004)*

11.2.7 No processo mecanizado de empilhamento, aconselha-se o uso de esteiras-rolantes, dalas ou empilhadeiras.

11.2.8 Quando não for possível o emprego de processo mecanizado, admite-se o processo manual, mediante a utilização de escada removível de madeira, com as seguintes características:

a) lance único de degraus com acesso a um patamar final;

Este texto não substitui o publicado no DOU

Portanto, a banca examinadora indefere o recurso interposto e mantém o gabarito oficial publicado.

É o que tem a esclarecer.

Atenciosamente,

Instituto Mais de Gestão e Desenvolvimento Social